

política

Relator da CPI dos Pedágios quer ouvir governador Leite

Agenda deve ocorrer até 15 de abril, data de conclusão dos trabalhos

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

Integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga possíveis irregularidades nas propostas de concessões rodoviárias dos Blocos 1, 2 e 3 de estradas estaduais gaúchas - a chamada CPI dos Pedágios -, querem que o governador Eduardo Leite (PSD) preste depoimentos sobre os projetos na semana que vem, penúltima antes do fim dos trabalhos, marcado para 15 de abril. Em 11 de fevereiro, Leite se colocou à disposição de comparecer à comissão para defender as concessões.

A CPI aprovou em 23 de fevereiro um requerimento de convite ao governador. Diferente de uma convocação, a condição de convidado permite que o depoente não compareça ao colegiado.

O relator da CPI dos Pedágios, deputado Miguel Rossetto (PT), propôs nesta quarta-feira, na reunião do colegiado, o comparecimento de Leite em um dos encontros da comissão - eles ocorrem nas segundas e quartas-feiras.

“Faço isso (propor comparecimento na próxima semana) na medida que o governador se colocou à disposição da CPI, e como o governo tem feito um grande esforço para impedir a continuidade da CPI, que encerra no dia 15 de abril, por óbvio nós queremos que

o governador faça o seu depoimento antes do término da CPI”, disse o parlamentar.

A reportagem questionou a assessoria de imprensa do Piratini sobre o comparecimento do governador na CPI, que afirmou que ainda “não há definição” de data para o depoimento, tendo em vista que a proposição não chegou oficialmente ao governo. Os interlocutores de Eduardo Leite também disseram que “haverá uma construção conjunta no Parlamento em torno do assunto”.

O prazo de 120 dias para realização da CPI se encerra no dia 15 de abril, mas um requerimento de prorrogação dos trabalhos está atualmente na ordem do dia para ser votado em plenário na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Na última sessão ordinária,

nesta terça-feira (31), a matéria estava na pauta para apreciação, mas os deputados derrubaram quórum antes de qualquer projeto ir à votação.

Miguel Rossetto detalhou o que espera que o governador explique em seu depoimento: “o governador deve, no seu depoimento, explicar e justificar as razões do fracasso do Bloco 3, na Serra Gaúcha, a tarifa extremamente cara do Bloco 2, na região do Vale do Taquari, Passo Fundo e Erechim, e também a ausência do chamado Bloco 1 da Região Metropolitana de Porto Alegre”.

Até o momento, a comissão já ouviu diversos integrantes do governo. Entre eles, os secretários de Logística e Transportes (Selt), Juvir Costella (MDB), e da Reconstrução, Pedro Capeluppi.

DANI BARCELLOS/ESPECIAL/RS



Assessoria do governo disse que convite a Leite ainda não foi oficializado

Oito governadores desistem da eleição e ficam no cargo

/ GESTÃO PÚBLICA

Ao menos oito governadores que estão no fim de segundo mandato decidiram permanecer no cargo para conduzir a própria sucessão e não vão disputar as eleições deste ano.

O cenário inclui governadores que tiveram planos de candidatura à Presidência frustrados, que romperam com seus vices e que enfrentam cenários políticos turbulentos em seus estados.

Dez gestores estaduais devem renunciar até o próximo sábado, prazo limite para desincompatibilização segundo a legislação eleitoral. Outros nove governadores seguem no cargo para disputar

a reeleição.

O número de governadores que não participa do pleito é o maior das últimas eleições. Em 2022, apenas 5 dos 27 gestores estaduais ficaram fora das urnas, número que foi ainda menor em 2018, quando apenas quatro não foram candidatos.

Entre os nomes que permanecem no cargo até o fim do mandato estão Ratinho Junior (PSD), governador do Paraná, e Eduardo Leite (PSD), do Rio Grande do Sul. Ambos se projetavam como candidatos ao Planalto, mas ficaram fora da disputa por razões distintas.

Ratinho desistiu por vontade própria. Eduardo Leite foi preterido pelo PSD. Fora da corrida presi-

dencial, decidiu não ser candidato ao Senado e vai apoiar o vice, Gabriel Souza (MDB) como candidato ao governo.

Em cinco estados, os governadores romperam com seus vices e decidiram não se candidatar para não entregar o cargo para um potencial adversário. É o caso da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), que optou por ficar no cargo após romper com o seu vice Walter Alves (MDB), que será candidato a deputado estadual.

Em Alagoas, Paulo Dantas (MDB) fica no posto, mas o clima é de consenso. Ele vai apoiar a volta do seu antecessor, Renan Filho (MDB).

Ana Amélia retorna ao PP e passa a integrar equipe de Zucco

MATEUS RAUGUST/DIVULGAÇÃO/JC



O deputado federal gaúcho Luciano Zucco (PL) se reuniu nesta quarta-feira com a ex-senadora Ana Amélia Lemos (foto), em Porto Alegre, e destacou o retorno dela ao Progressistas (PP) como um movimen-

to relevante no cenário político do Rio Grande do Sul. A partir do encontro, ficou definido que ela passa a contribuir diretamente na construção do plano de governo da pré-candidatura de Zucco ao Palácio Piratini. A ex-senadora também já confirmou presença na agenda do próximo dia 11 de abril, quando o senador Flávio Bolsonaro estará no Estado.

Exército do Brasil promove primeira mulher à patente de general

/ FORÇAS ARMADAS

O Exército brasileiro promoveu nesta quarta-feira a primeira mulher à patente de general de brigada, Claudia Lima Gusmão Cacho, de 57 anos, durante cerimônia em Brasília. A posição figura entre as principais da hierarquia da Força.

Em discurso, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Francisco Humberto Montenegro Junior, afirmou que a promoção de Claudia Gusmão tem “especial significado histórico” e representa “a maturidade de um Exército que reconhece seus talentos de forma justa e que valoriza seus profissionais na exata medida em que se distinguem no exercício da atividade militar”.

Além de Claudia, a solenidade no Clube do Exército promoveu 16 coronéis ao posto de general de brigada, 11 generais de brigada ao de general de divisão e 2 generais de divisão ao de general de Exército que passarão a integrar o Alto Comando.

O ato que confirmou a mudança dos oficiais foi chancelado pelo presidente Lula (PT) no último dia 24, data-limite para a assinatura. A medida era reivindicada pelo ministro da Defesa, José Múcio.

Natural do Recife, Claudia Gus-

mão é médica pediatra e ingressou no Exército em 1996. Passou a fazer parte, como oficial temporária, do 42º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Goiânia.

Posteriormente, foi aprovada na Escola de Saúde do Exército e concluiu, em 1998, o Curso de Formação de Oficiais Médicos. A matrícula da primeira turma de oficiais médicas, dentistas, farmacêuticos e enfermeiras de nível superior nessa escola aconteceu um ano antes, em 1997.

Esses cargos não permitiam, entretanto, a ascensão aos postos mais altos da carreira no Exército, como o generalato. A mudança viria em 2012, quando foi autorizado o ingresso de mulheres nas turmas oficiais da linha militar bélica, que permite a promoção.

Ao longo dessas três décadas, Claudia Gusmão chefiou o Escalão de Saúde do Comando da 1ª Região Militar, foi subdiretora de Legislação e Perícias Médicas da Diretoria de Saúde e esteve à frente da Divisão de Perícias Médicas da Inspeção de Saúde do Comando Militar do Nordeste. Ela também foi inspetora adjunta de saúde do Comando da 9ª Região Militar.

Claudia Gusmão também fez parte da diretoria de três instalações hospitalares do Exército.